



O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO CATEGORIA ESSENCIAL PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADANIA ATIVA: CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE E MILTON SANTOS

Claudete Robalos da Cruz – UFPel

Instituição Financiadora – Capes

Resumo: O presente artigo tem objetivo de contribuir para o debate em torno da importância da educação na constituição de um modelo cívico em que o cidadão seja protagonista e sujeito ativo de sua emancipação. Para tanto, considera-se que a categoria espaço geográfico ajuda-nos a compreender o processo de produção e organização do espaço, que, em última análise, diz respeito ao modo como os grupos humanos asseguram a sua existência. Refletir acerca da organização do espaço onde se vive é uma tarefa de um ensino comprometido com a formação de cidadãos críticos. Os autores Paulo Freire e Milton Santos se empenharam, ao longo de suas vidas, na constituição de uma cidadania ativa, em prol de uma sociedade radicalmente justa. De modo que a categoria espaço geográfico, concebida por Milton Santos, possibilita compreender o mundo a partir do estudo do nosso lugar, para o verdadeiro exercício da cidadania. Paulo Freire aposta na alfabetização capaz de contribuir para a leitura do texto e do contexto, base para a emancipação dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Educação; Cultura local; Sociedade; Cidadão.

Introdução

Os grupos humanos vivem num espaço, estão situados nele e territorializam lugares. Embora, esse espaço tenha uma aparência, ela expressa um dado momento, mas é resultante de uma dinâmica social e histórica. Conhecer o espaço é observá-lo, analisá-lo como resultado dessa dinâmica. O espaço geográfico que ocupamos para morar, para nos organizarmos em sociedade é uma dimensão da realidade, e, temos a tarefa de compreendermos no nível intelectual.

Considerando que toda educação é relativa à certa idéia de sociedade, ser humano, a ação do educador é impregnada de intencionalidade e finalidades. O ensino é, pois, um processo de conhecimento mediado pelo aluno, pelo professor e pelos conteúdos. O espaço geográfico, por sua vez, também reflete isso, condiciona a nossa própria intencionalidade. Os prédios, construções e estradas são produto da intencionalidade humana, uma vez construídos,

deixam de ser meros objetos na paisagem, e passam a condicionar os comportamentos humanos.

Nessa perspectiva, o artigo toma o espaço geográfico, como categoria capaz de expressar a realidade concreta. Entende-se que à medida que os grupos humanos alteram a natureza, o espaço geográfico modificado, produzido, adquire uma organização particular. Refletir como é organizado o espaço geográfico onde se vive é uma tarefa de um ensino comprometido com a formação de cidadãos ativos, capazes de tornarem-se cada vez mais sujeitos de sua própria história, engajados na participação no processo de constituição de uma sociedade mais plural, democrática e cidadã. Os autores Milton Santos e Paulo Freire contribuem para a realização dessa tarefa de leitura do espaço, de leitura do mundo através da leitura da palavra.

Milton Santos considera o espaço como uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. Com isso, o espaço impõe a sua própria realidade; e a sociedade opera dentro dele. Nestes termos, para estudar o espaço, cumpre apreender a sua relação com a sociedade, pois é esta que especifica as noções de forma, função e estrutura. Em outras palavras, são os grupos humanos que configuram a organização espacial de um dado lugar. Assim que as categorias analíticas (forma, função e estrutura) dão a possibilidade de capturar e apreender a marca da sociedade sobre a natureza e as relações existentes no processo de produção e organização do espaço.

Por sua vez, a proposta pedagógica de Freire parte da investigação e estudo da realidade concreta do educando, emergindo daí os Temas Geradores, extraídos da problematização das experiências vividas pelos educandos. O mais importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida, decodificar o mundo mistificado, as realidades veladas. O Método Paulo Freire tem como fio condutor a alfabetização visando à libertação. Essa libertação não se refere somente ao campo cognitivo, mas também ao campo social, político, cultural e espacial. Nesse sentido, o espaço geográfico, torna-se revelador da realidade, uma categoria geográfica que expressa o concreto, o mundo da vida de que fala Freire. Falar de pobreza e conflito pode gerar angústias, desesperança, mas é necessário para um ensino comprometido com a formação do cidadão, pois a escola deve tratar do presente e não simplesmente centrar-se no futuro sem que ocorra uma compreensão do agora.

A CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A categoria espaço geográfico, trata-se de uma categoria e também do objeto de estudo da ciência geográfica. Tal categoria emergiu a partir do processo de solidificação da Geografia, como uma disciplina científica, exigindo assim, a construção de um sistema de categorias e conceitos particulares, com o objetivo de formular um conhecimento acerca dos fenômenos geográficos estudados. Santos (1978, p.117) ressalta que

Sem nenhuma dúvida, as categorias sob um ângulo puramente nominal mudam de significação com a história, mas elas também constituem uma base permanente e, por isso mesmo, um guia permanente para a teorização. Se queremos alcançar bons resultados nesse exercício indispensável *devemos centralizar nossas preocupações em torno da categoria – espaço* – tal qual ele se apresenta, como um produto histórico. São os fatos referentes à gênese, ao funcionamento e à evolução do espaço que nos interessam em primeiro lugar.

Assim que, para este autor a categoria espaço geográfico é central na ciência geográfica, uma vez que, esta se preocupa com o estudo da relação homem e o espaço. Para Santos o espaço geográfico é formado por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá” (2006, p.39). No decorrer da história tanto os objetos como as ações mudam, e transforma o espaço através do trabalho humano, aliado ao avanço técnico. Observa-se que os objetos são produzidos, fabricados pela sociedade, e são, pois “testemunha atual da ação” (SANTOS, 2006, p.74). Já as ações resultam das necessidades, dos objetivos e desejos. São as ações que condicionam o uso dos objetos, das formas geográficas. Dai que a intencionalidade da ação esta interligada à adequabilidade dos objetos. Conforme Santos (2006, p.226)

os objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados. A ordem espacial assim resultante é, também, intencional. Frutos da ciência e da tecnologia, esses objetos técnicos buscam a exatidão funcional, aspirando, desse modo, a uma perfeição maior que a da própria natureza.

Assim que, é possível identificar a função e utilidade dos objetos geográficos a partir das ações humanas ali realizadas. Santos salienta que “tomada a forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social” (2006,p.126).

Ademais, a partir dessa conceitualização de espaço geográfico, é possível delimitar as categorias analíticas para a interpretação da gênese, do funcionamento e da evolução do espaço geográfico. Sem este procedimento estaríamos impossibilitados de desmembrar o todo

através de um processo de análise, para reconstruí-lo depois através de um processo de síntese. Nas palavras de Santos (2006, p.12)

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.

O estudo dessas categorias internas permite o reconhecimento de alguns processos básicos, externos ao espaço, tais como: “a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia” SANTOS (2006, p.13).

Ainda Santos destaca a importância do mundo vivido como importante aliado no processo de estudo e análise do espaço geográfico local, assim destaca que

Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano (A. Buttimer, 1976; A. Garcia, 1992; A. Damiani, 1994). Esta categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que nos estamos ocupando neste livro: os objetos, as ações, a técnica, o tempo. (SANTOS, 2006, p.203)

Para se apreender a totalidade do espaço geográfico, Santos considera que as categorias, estrutura, processo, função e forma, definem o espaço em relação à sociedade. Assim,

(...) forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerando em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985, p. 71).

A totalidade se apresenta objetivamente no espaço geográfico. Nas palavras de Santos “o movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização” (2006, p.125). Nesse sentido, os movimentos da sociedade, atribuindo novas formas e funções aos objetos geográficos, transformam e organizam o espaço geográfico, configurando numa relação dialética, a sociedade e o espaço.

A CATEGORIA ESPAÇO GEOGRÁFICO NA EDUCAÇÃO COMO UMA CONDIÇÃO SINE QUA NON PARA UMA FORMAÇÃO CIDADÃ

Entende-se que o modelo cívico se delineia pela visão de mundo e de sociedade comuns aos indivíduos que habitam o território. E, que, para a plena realização do cidadão

esse modelo deve resultar da participação, do respeito à individualidade, da valorização da cultura local, da integração dos aspectos culturais, institucionais e econômicos. Assim que, a escola pública ou trabalha em busca de um modelo cívico autônomo, ou mantém-se subordinada à lógica do mercado, do consumo, dos negócios.

Considerando que o espaço, no dizer de Santos "se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de "viver bem" (2006, p.55). Isto é, o espaço geográfico reflete nos seus recortes espaciais o tipo de sociedade que se tem, uma sociedade desigual e competitiva configura um espaço desigual e segregado.

No livro "*Espaço do Cidadão*", Milton Santos expõe sua crítica ao processo de elaboração da democracia em nosso país, assim afirma (2002, p.12)

em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*.

Tal contexto, aliado a um modelo de ensino tradicional, em que predominou o caráter informativo, limitando ao desenvolvimento de habilidades necessárias a realização dos exames avaliativos, configuraram uma escola seletiva menosprezando as diferenças individuais, cabendo ao aluno adaptar-se ao sistema de ensino, contribuindo para ampliar as desigualdades sociais no país.

Para Santos (2002, p.13)

O modelo econômico que conduziu ao chamado "milagre econômico" vai buscar suas raízes nos mesmos postulados que levaram à supressão das liberdades civis, acusadas então como um fermento deletério, capaz de levar o país à anarquia. Trata-se também, de um modelo político e social, tanto responsável pela eliminação do embrião de cidadania que então se desenvolvia, como pela opção de alargamento de uma nova classe média em detrimento da massa de pobres que o "milagre" não apenas deixou de suprimir, como também aumentou.

Decorrente ao processo de industrialização ocorrido nos anos 1960 e nas décadas subseqüentes, a orientação do ensino técnico foi imposta as escolas, fomentando o desenvolvimento econômico, político e ideológico da época. Desenvolveu-se um ensino

voltado para o mercado de trabalho, sem preocupação com a formação integral do estudante. Como salienta Santos (2002, p.42)

A educação corrente e formal, simplificadora das realidades do mundo, subordinada à lógica dos negócios, subserviente às noções de sucesso, ensina um humanismo sem coragem, mais destinado a ser um corpo de doutrina independente do mundo real que nos cerca, condenado a ser um humanismo silente, ultrapassado, incapaz de atingir uma visão sintética das coisas que existem, quando o humanismo verdadeiro tem de ser constantemente renovado, para não ser conformista e poder dar resposta às aspirações efetivas da sociedade, necessárias ao trabalho permanente de recomposição do homem livre, para que ele se ponha à altura do seu tempo histórico.

É sabido que, com a institucionalização do ensino técnico, buscou-se priorizar o ensino de competências técnicas e especializadas com intuito de formar mão-de-obra qualificada, desprezando assim as questões relativas à formação humana. Priorizou-se o fazer em detrimento da formação integral do ser humano.

Nesse sentido, Santos considera que com “a glorificação do consumo se acompanha a diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania” (2002, p.35). O consumo desenfreado além de causar desperdícios, também contribui para o “aniquilamento da personalidade”, impedindo que os indivíduos assumam-se como sujeitos históricos. Nessa visão de mundo, de acordo com Santos “a existência é vivida não tanto para a consagração de valores, mas para a busca das coisas, o produtor se tornando submisso ao objeto produzido” (2002,p.37). O produto, o lucro, os negócios tem maior relevância e valor do que o humano.

Diante desse quadro, emerge de acordo com Santos (2002, p.17)

o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor. Sua dependência em relação aos novos objetos limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidade dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, porque simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é frequentemente intermediada por coisas, tendo uma lógica mais instrumental que existencial.

O consumo atualmente, se reveste de diferentes formas, e o aniquilamento da cidadania ocorre de várias maneiras. Santos alerta que (2002, p.41):

O consumidor não é o cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão *status*. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes e as diversões pagas; ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, como a educação profissional, pseudo-educação que não conduz ao entendimento do mundo.

É possível constatar que, “a própria existência vivida mostra a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2002, p.48). Cidadão não é sinônimo de consumo, e de apropriação de bens culturais. A cidadania é forjada pelos homens e mulheres que vivem agora. Conforme Santos “O cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é que dele faz um indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo” (2002, p42). O cidadão é aquele sujeito que se reconhece como ser histórico, transformador e solidário. Ainda, para o autor, cidadão “é o indivíduo que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e de compreender os seus direitos para poder reivindicá-los” (1997, p.133).

É importante ressaltar que concomitantemente ao fervor desenvolvimentista, nos anos de 1959 a 1963, ocorreu no Brasil movimentos educativos que se colocavam contra aos processos de massificação da sociedade. De acordo com Brandão (in Bezerra, 1980, p.43)

É possível dizer que tanto Paulo Freire quanto o MEB procuraram transformar uma educação fundamental para o povo (os valores políticos dos grupos externos retraduzidos na linguagem de ajuda ao povo) em uma educação do povo (os valores culturais dos grupos populares retraduzidos através da educação levada a eles).

Os movimentos de educação popular emergiram a favor da conscientização, de uma educação comprometida com os interesses dos sujeitos envolvidos, com a formação do cidadão.

Paulo Freire desde o início de seu trabalho pedagógico, defendeu uma pedagogia política centrada na liberdade e na autonomia do ser, propondo a politização da educação. Ao entender que o processo para conhecer ocorre quando o indivíduo, ao se reconhecer humano, é estimulado a refletir sobre os seus problemas da vida cotidiana, Freire direcionou seu trabalho pedagógico aos excluídos das ações políticas.

Freire considerava a teoria como processo de reflexão do que acontece no real concreto, e é assim importante para o *pensar certo*, conforme ele (1979, p.93)

de teoria, na verdade, precisamos nós. De teoria que implica uma inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo, para vivê-lo plenamente, praticamente. Neste sentido é que teorizar é contemplar. Não no sentido distorcido que lhe damos, de oposição à realidade.

Todavia, Freire considerava que era necessário não só conhecer o mundo, mas também é preciso transformá-lo. Para tanto, a prática é igualmente importante, assim afirma “[...] a práxis, porém, é ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”

(FREIRE, 1987, p.40). Daí que o diálogo se apresenta como uma possibilidade capaz de interligar o ser humano com a realidade e aprofundar a sua tomada de consciência sobre a mesma, atuando para transformá-la. É através do diálogo que a relação educador/educando deixa de ser uma doação ou imposição de verdades, mas se torna uma relação horizontal, de trocas e aprendizagem mútua.

Freire criticou severamente a concepção bancária de educação, pelo fato de servir a opressão e negação dos homens, tendo o antidiálogo como fundamentação. No livro *Pedagogia do Oprimido* ele apresentou as características principais dessa concepção, a saber: a conquista, a divisão, a manipulação e a invasão cultural.¹ Tais características se tornam elementos de dominação e de hegemonia quando postas em prática na atuação pedagógica.

Preocupado com o fator humano, Freire investiga o homem enquanto humano, contextualizando-o nos seus aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais. Isso fazia com que ele enxergasse a educação fora dos muros da sala de aula tradicional, fazia com que ele percebesse o homem enquanto sujeito histórico e transformador. De acordo com Freire (1996, p.46).

uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou com a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.

A educação, segundo Freire, deve servir a libertação. Na perspectiva freireana, o conhecimento parte da realidade concreta do homem e este reconhece o seu caráter histórico e transformador. Ai a educação se reveste em um ato político, comprometida com a transformação social e com a formação do sujeito histórico.

¹ Através da conquista os conquistadores mitificam o mundo a sua maneira e de acordo com seus interesses, fazendo com que os conquistados tomem como real a mitificação do mundo. O sujeito da conquista, de acordo com Freire “determina suas finalidades ao objeto conquistado, que passa, por isto mesmo, a ser algo possuído pelo conquistador” (1987, p.135).

A divisão é importante no processo de educação antidialógica, pois o que interessa ao opressor “é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos” (FREIRE, 1987, p.138).

A manipulação consiste no processo em que as elites “vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos” (1987, p.144), ou seja, a classe dominante difunde a sua verdade como a única possível. A manipulação assim como a conquista servem para, “anestesiarem as massas populares para que não pensem” (FREIRE, 1987, p.146). A invasão cultural é a “penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão”.

A invasão cultural se apresenta como um processo de acultramento das classes populares lhe é imposta outra cultura, negando-os a sua identidade.

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire aponta a dialogicidade como essência da educação libertadora, apresenta os elementos da teoria dialógica como características indispensáveis para transpor e romper com a educação tradicional, destacam-se: a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural.²

A co-laboração, a união, a organização e a síntese cultural foram consideradas como elementos necessários a uma pedagogia emancipatória, apostando numa educação como possibilidade de mudança, através da qual fosse possível construir um conhecimento autêntico, que emergisse da realidade brasileira e respondesse aos problemas vividos pelo povo. Essa perspectiva pedagógica, antes de ser uma proposta didática é uma opção político-pedagógica.

Trata-se do desenvolvimento de uma atitude pedagógica que incentiva a leitura crítica do mundo permite que os educandos tomem consciência do movimento dialético da realidade em que estão inseridos, entendendo que ao mesmo tempo em que dispõe de capacidade de construir conhecimentos e transformar seu mundo, também estão sob o efeito de condicionamentos externos. Importante reconhecer que “somos seres *condicionados* mas não *determinados*”. Conceber a história não como determinismo, mas como tempo de possibilidade, permite a problematização do presente e a esperança na construção de um futuro menos injusto, mais humano.

A conscientização, nessa perspectiva, se apresenta como um processo com o intuito de desvelar a realidade e permitir que os homens, encontrem sua própria finalidade, enquanto sujeito e enquanto ser humano. Tal prática educativa se apresenta como um processo de “hominização”, em contraposição ao atual modelo de formação calcado nas atuais relações econômicas, que se resultam na alienação do homem e na expropriação de seu saber. Para tanto, há necessidade de uma ética universal do ser humano e de marchas em favor dos direitos humanos, marchas para a efetivação da democracia radical.

² A colaboração entendida como a ação dialógica que se dá coletivamente, entre sujeitos, não há dominação, “há sujeitos que se encontram para a *pronúncia* do mundo, para a sua transformação” (FREIRE, 1987, p.166);

A união necessária a classe popular para sua libertação. A união dos oprimidos significa “a relação solidária entre eles não importam os níveis reais em que se encontrem como oprimidos, implica também, indiscutivelmente, consciência de classe” (FREIRE, 1987, p.173);

A organização consiste no processo de concretização da unidade do diverso, que para Freire “[...] é o momento altamente pedagógico, em que a liderança e o povo fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeiras que ambos, como um só corpo, buscam instaurar, com a transformação da realidade que os mediatiza” (FREIRE, 1987, p.178);

A síntese cultural “é a modalidade de ação com que, culturalmente, se fará frente à força da própria cultura, enquanto mantenedora das estruturas em que se forma”, deste modo, a ação cultural se apresenta como “instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante” (FREIRE, 1987, p.180).

Freire apostava na união dos diferentes nesse processo de libertação, de constituição de uma sociedade menos injusta. Dentre os diversos exemplos, destacam-se as práticas educativas de Angicos/RN, no início da década de 1960. No exílio, sua pedagogia avança para outros países e continentes. Freire participa de processos de alfabetização, politização e em nome da constituição de uma democracia radical na África, Ásia, Europa e América.

Ao longo de suas andanças históricas pelo mundo, Freire sempre destacou os aspectos do espaço geográfico como elementos importantes no processo de alfabetização, e, portanto, de conscientização. Ele, em diversos momentos retoma as experiências espaciais e subjetivas vivenciadas na sua infância. Ao proferir uma palestra sobre a importância do ato de ler, ele destaca que (2011, p.20)

me vejo então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal a intimidade entre nós- à sua sombra brincava e em seus galhos mais dóceis à minha altura eu me experimentava em riscos menores que me preparavam para riscos e aventuras maiores.

Ainda Freire acrescenta que “fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz” (2011, p.24).

Ao trabalhar como consultor do processo de alfabetização em São Tomé e Príncipe, Freire destacou os temas principais:

Compreensão do processo de trabalho, do ato produtivo em sua complexidade, da maneira como se organiza e desenvolve a produção, a necessidade de uma formação técnica do trabalhador, formação, porém, que não se esgote num especialista estreito e alienante; a compreensão da cultura e do seu papel, tanto no processo de libertação quanto no da reconstrução nacional; o problema da identidade cultural, cuja defesa não deve significar a rejeição ingênua à contribuição de outras culturas, tudo isso são temas fundamentais que se constituem o programa de alfabetização. (FREIRE, 2011, p.55)

A cultura local era tomada como ponto de partida para análise do modo de vida das pessoas. Acreditava-se que a partir do entendimento do caráter transformador e criativo da cultura, seria possível inspirar e despertar os indivíduos a lutarem pelos seus direitos, a assumirem-se enquanto sujeitos históricos.

Do mesmo modo, Milton Santos, apostava numa leitura crítica do espaço como ferramenta essencial ao processo de desalienação e como indispensável para constituição de um espaço com cidadãos. Assim destacava

a luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico

sempre inacabado. Assim como o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania. (SANTOS, 2002,p.80)

Assim que, uma educação para a constituição de uma cidadania ativa, compreende cada pessoa como um agente social. Trata-se da formação do indivíduo no sentido amplo, além da mera aquisição de saberes para satisfação dos seus próprios interesses, mas comprometido com a sociedade.

Para tanto, formar o cidadão significa oferecer condições ao aluno reconhecer-se como ser individual e social, como sujeito que tem história, que faz parte de uma sociedade, que é capaz de produzir conhecimentos, e transformar a sua cultura. Isso implica entender o processo de organização e produção do espaço geográfico em que estamos inseridos. Entendendo que

A miséria é um fenômeno sociológico, econômico e espacial, sem dúvida. A favela, a criança de rua, o rio poluído, as queimadas são elementos da paisagem. Precisamos falar deles em nossas aulas, mas não só no intuito de descrevê-los! Ver as causas para que possamos construir com nossos alunos “alternativas” a esse projeto de sociedade que aí está! (KAERCHER, in CASTROGIOVANNI,1999, p.52)

Identificar os motivos, as razões, a essência dos acontecimentos é central numa pedagogia que tem como finalidade a formação de um modelo cívico cidadão, no sentido pleno da palavra.

Apesar, da constatação de que o cidadão se apresenta, em geral como um mero beneficiário ou consumidor, é necessário reverter esse quadro. De acordo com pesquisa realizada por Pedro Demo (2001) em seis Regiões Metropolitanas, para verificar o nível de engajamento político, utilizou a variável contato político, entre as variáveis, as três mais apontadas foram “fazer pedidos”, “fazer reclamações” e “fazer reivindicações”(DEMO, 2001, p.65). A variável mais votada foi “fazer pedidos”. Tais dados revelam que as pessoas, quando buscavam políticos e governantes, os abordavam em atitude de pedintes, apontando para tradição de subserviência ostensiva. Com efeito, políticos e governantes mandam, decidem, doam, enquanto a população não consegue passar do patamar de “beneficiário”. Diante disso, a cidadania capaz de reivindicar, ou concretamente, capaz de impor aos políticos padrões do bem comum e devido controle democrático, é peregrina ainda.

Assim que, uma das grandes tarefas do ensino público é contribuir para o reaprendizado da cidadania. “Essa pedagogia será mais difícil em certos países” (SANTOS, 2002, p.125), eis a tarefa dos educadores brasileiros, recuperar as pedagogias emancipatórias,

que tem como centralidade a formação do sujeito consciente, para que vislumbre uma sociedade com cidadãos, e não com meros consumidores e beneficiários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar, estudar, conhecer o processo de organização o espaço geográfico onde se vive é uma tarefa de um ensino comprometido com a formação de cidadãos ativos. Os autores Milton Santos e Paulo Freire contribuem para a realização dessa tarefa de leitura do espaço, de leitura do mundo através da leitura da palavra.

Milton Santos apostava na cultura popular como sendo capaz de ressignificar os espaços, e garantir o desenvolvimento de uma cidadania ativa. De acordo com Santos “a cultura popular tem suas raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, a vontade de enfrentar o futuro sem romper a continuidade” (2002, p.66), aponta ainda que a cultura popular preserva essa relação entre o homem e seu meio. Desse vínculo com o lugar, com o seu espaço de vivência é que se forja a cidadania ativa, que se projeta uma educação preocupada com a formação integral dos indivíduos.

A proposta pedagógica freireana é essencial nesse processo de desvelamento da realidade e de anúncios de outras possibilidades, uma vez que, trata-se de uma pedagogia que entende a alfabetização como um processo essencial para o ser mais, para a *recuperação da humanidade do oprimido*. Como salienta Severino (in FREIRE, 2011, p.13) “o que está em causa é a dignidade da pessoa humana, que, na opressão ou na libertação, atinge uma dimensão de universalidade.” Se trata de uma pedagogia que se preocupa além da leitura do texto, da leitura do contexto, que é muito mais complexa e exige além dos conhecimentos específicos também conhecimentos pedagógicos. No processo de alfabetização, o que se pretende é despertar a capacidade crítica, e de agente do processo do conhecer.

Tratar a categoria espaço geográfico, como centralidade é condição *sine qua nom* para o desenvolvimento da real da democracia, da constituição de um espaço cidadão, de uma sociedade justa. Também, remete-nos a uma análise e reflexão em torno da importância da escola pública em nosso país.

Acredita-se que, a articulação concepção espacial de Milton Santos e pedagogia freireana contribui para romper com o modelo cívico vigente, o qual se encontra subordinado ao modelo econômico, em que impera o individualismo, como também com o ensino

pragmático e sectário; com o autoritarismo na relação professor e estudante; com a idéia de neutralidade científica, etc.

Uma análise do mundo e do espaço que deseje abarcar a dialética entre sociedade e espaço obriga-se, também, a diferenciá-los. Como sugeriu KUBLER apud (SANTOS, 2006, p.95) "não podemos apreender o universo se não o classificamos por tipos, em categorias, ordenando o fluxo infinito de acontecimentos não idênticos em um sistema finito de similitudes" Assim que a incorporação da categoria espaço geográfico na educação é indispensável para um ensino comprometido com a democratização social, e para que o exercício a cidadania se torne parte essencial do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Aída. **A questão política da educação popular**. Brasiliense, 1980.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos...[et al.]. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

DEMO, Pedro. **Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A sombra desta Mangueira**. 8 ed. São Paulo: Olho d'água, 2006.

_____. **Política e Educação**, 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª ed. São Paulo: USP, 2006

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **As Cidades Mutiladas.** In: *Preconceito.* São Paulo: Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, 1997.